



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá
Estado do Espírito Santo

II – apoiar o Controle Externo, o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no exercício de sua missão institucional;

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestações de contas sob exame, representam **ADEQUADAMENTE** a posição orçamentária financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos, no exercício de referência da prestação de contas.

5.1 – RESSALVAS

Sem ressalvas.

Santa Maria de Jetibá-ES, 26 de março de 2014.

LUIZ AUGUSTO MILL
CONTROLADOR GERAL INTERNO
Portaria nº 039/2013

Ciente em 30 de março de 2015.

ELMAR FRANCISCO THOM
Ex-Presidente da Câmara – Gestão 2013/2014



**CONTROLADORIA GERAL INTERNA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2014**

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO

(ANEXO 13)

1. RELATÓRIO

1.1 – EMITENTE

A Controladoria Geral Interna da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, foi instituída pela Lei Municipal nº 1464/2012 de 10/05/2012, atribuindo competência ao Controlador Geral Interno para emitir este **RELATÓRIO** e **PARECER CONCLUSIVO**, no Art. 2º, “caput” e especialmente no Inc. VIII do referido diploma legal.

Ocupa o cargo comissionado de Controlador Geral Interno, o economista **CORECON/ES nº 061** e advogado **(OAB/ES 4712) LUIZ AUGUSTO MILL, CPF 249.694.357-15**, identidade civil 123.508/SSP/ES, que mantém endereço profissional, na Av. Princesa Isabel, 15, Ed. Martinho de Freitas, Conj. 1110/12, no Centro, em Vitória, Espírito Santo, CEP 29010-905, telefones (27) 3223.1188/9.9971.2308

1.2 – GESTOR RESPONSÁVEL

O responsável pela gestão dos recursos públicos no exercício de 2014, foi o vereador **ELMAR FRANCISCO THOM**, presidente Legislativo Municipal, CPF 732.212.017-53, identidade 512.502/SSP/ES, residente na Avenida Otto Thom, s/nº, em Recreio, distrito da Sede, em Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, CEP 29.645-000, telefone (27) 9.9989.3852.



1.3 – EXERCÍCIO 01/01/2014 a 31/12/2014

Observando o que dispõe o Art. 74 da Constituição Federal de 1998 e o que dispõe o Art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, este órgão de **CONTROLE INTERNO**, realizou no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**;

II – apoiar o controle externo (Tribunal de Contas) no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste **RELATÓRIO**, os procedimentos foram realizados, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, o nosso parecer conclusivo.

1. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADOTADOS

1.1 – GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, executou a previsão orçamentária da receita e da despesa, ao montante de **R\$ 3.917.116,04**.



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá
Estado do Espírito Santo

Durante o exercício de 2014 não ocorreu criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, limitando-se as receitas e despesas, às previsões orçamentárias e aos limites constitucionais.

A realização de todas as despesas e a assunção de obrigações diretas, não excederam os créditos orçamentários ou adicionais (CRFB/88, Art. 167, II).

Os créditos adicionais suplementares foram respaldados por autorização legislativa e autorizados pelo Chefe do Legislativo Municipal, por Portarias respectivas (CRFB/88 Art. 167, Inc. V, C/C Art. 43 da Lei 4320/64).

Os créditos adicionais suplementares, autorizados pela Lei Municipal nº 1.625/2013, foram abertos mediante a edição de portarias do legislativo municipal (Art. 42 da Lei 4320/64).

Mensalmente os balancetes das Receitas e das Despesas, foram amplamente divulgados por meio eletrônico, na imprensa regional e no átrio principal da Câmara Municipal, cumprindo-se o disposto nos Arts. 48, 52 a 58 da LC 101/2000 (LRF).

Não houve instituição de fundos de qualquer natureza.

Um único investimento, consistente da construção de um prédio anexo à Câmara Municipal, foi iniciada no exercício financeiro de 2014, que será concluída no exercício de 2015, com inclusão do plano plurianual de investimentos (Lei Municipal nº 1.727/2014 que alterou a lei municipal nº 1.616/2013 – PPA 2014/2017), tendo o ex-presidente deixado os recursos financeiros necessários ao custeio da obra, em caixa.

Não ocorreu abertura de crédito extraordinário.



Cumpriu-se, também, o disposto nos Arts. 48 e Arts. 52 a 58 da LRF, quanto à transparência na gestão da execução orçamentária.

Os demonstrativos fiscais que integram o RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária), foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (PTN nº 637/2012) em cumprimento a LC 101/2000.

As contribuições previdenciárias, tanto aquelas patronais, quanto aquelas dos servidores, foram regularmente recolhidas ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Santa Maria de Jetibá (IPS/SMJ), ao qual estão vinculados os servidores efetivos da Câmara Municipal e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ao qual estão vinculados os segurados ocupantes de cargos Comissionados (Lei 9.717/1998, Art. 1º, Inc. II).

Os tributos federais, consubstanciados no Imposto de Renda Retido na Fonte pagadora, obedeceram os limites e percentuais respectivos, com recolhimentos integrais e nos prazos estabelecidos na legislação pertinente (LC 116/2003, Art. 6º e Decreto Federal nº 3000/1999/Lei 8212/1991).

Não existem precatórios judiciais de responsabilidade da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá (CRFB/88, Art. 100).

Não existem passivos a serem pagos, obedecendo ordem cronológica de suas exigibilidades (Arts. 5º e 92 da Lei 8666/93 c/c Art. 37 CRF/88).

Os registros contábeis e os respectivos demonstrativos foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade, aplicadas ao setor público (Res. CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16).



As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis, compatíveis com os inventários anuais, bem como as variações decorrentes de depreciação, amortização e exaustão e as devidas reavaliações. Todo o patrimônio pertencente à Câmara Municipal, foi levantado e avaliado, tecnicamente, com as baixas respectivas dos móveis, equipamentos e instalações inservíveis e fora de uso, que constavam do patrimônio, com orientação e respaldo desta Controladoria Geral Interna.

Todos os bens patrimoniais permanentes estão registrados analiticamente pelo Departamento de Patrimônio, contendo as informações necessárias e suficientes para sua caracterização, sob a responsabilidade do Chefe do Departamento de Patrimônio (Art. 94 da Lei 4320/64).

Todas as despesas foram realizadas, com a emissão do **empenho prévio** em cumprimento ao Art. 60 da Lei 4320/64, bem como, as **liquidações** respectivas, devidamente respaldadas por notas fiscais, atestadas pelo fornecimento dos respectivos produtos ou serviços (Art. 63 da Lei 4320/64).

Não ocorreram pagamentos de despesas sem a regular liquidação (Art. 62 da Lei 4320/64).

Não ocorreram **desvios de finalidade** na execução das despesas decorrentes dos recursos vinculados (Art. 8º, § único da Lei Complementar nº 101/2000-LRF).

1.2 – GESTÃO PATRIMONIAL

1.2.1 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – DEPÓSITO E APLICAÇÕES



Todas as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, foram depositadas e aplicadas em instituições financeiras oficiais (Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Espírito Santo), em cumprimento ao disposto no Art. 43, c/c § 3º do Art. 134 da CRFB/88).

1.2.2 – REGISTRO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, com as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão e as reavaliações pertinentes (Arts. 94 a 96 da Lei 4320/64).

1.2.3 – CANCELAMENTO DE PASSIVOS

Ocorrem três cancelamentos de passivos no montante de R\$ 38.160,37 todos com comprovação do fato motivados por valores empenhados, não utilizados restos a pagar de 2011, 2012 e 2013.

1.2.4 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – DEPÓSITO E APLICAÇÕES

As disponibilidades financeiras foram depositadas, mantidas e aplicadas em instituições financeiras oficiais (Baneses e Caixa Econômica Federal) e os rendimentos respectivos, repassados para a Prefeitura Municipal.

1.3. LIMITES CONSTITUCIONAIS LEGAIS

1.3.1 – DESPESAS COM PESSOAL – SUBSÍDIOS DOS VEREADORES –

FIXAÇÃO



Os subsídios dos vereadores, foram fixados pela Lei Municipal nº 1416/11, no montante mensal de R\$ 6.012,00 e vigora desde 01/01/2013, não tendo sofrido qualquer reajuste monetário nos exercícios de 2013 e 2014, obedecendo ao limite estabelecido pelo Art. 29, Inc. VI da CF/88, em especial, quanto ao limite máximo (30,00% dos subsídios dos deputados Estaduais) e a sua fixação, por lei, na legislação anterior.

1.3.2 – DESPESAS COM PESSOAL - SUBSÍDIOS DOS VEREADORES –

PAGAMENTO

Em cumprimento ao disposto no Art. 29, Inc. VI, alínea "b" da CF/88, os pagamentos dos subsídios aos Vereadores, obedeceram aos limites fixados pelo dispositivo constitucional.

1.3.3 – DESPESAS COM PESSOAL - REMUNERAÇÃO VEREADORES

As despesas com os subsídios dos vereadores importaram em R\$ 1.016.028,00.

Receita Corrente Líquida do Município R\$ 86.021.906,33 (demonstrativo do executivo em jan/2015)

Percentual em relação a RCL 1,18%.

Verifica-se pois, que o percentual apurado é compatível com o limite estabelecido pelo Inc. VII, Art. 29 da CF/88.

1.3.4 – PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – DESPESAS TOTAL



As despesas totais do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, mantiveram-se nos limites constitucionais, senão vejamos:

Receita Corrente Líquida do Município	R\$ 86.021.906,33
Despesa total realizada	R\$ 3.806.459,08
Percentual da DT/RCL	R\$ 4,42%

(Art. 29-A da CF/88).

1.3.5 – PODER LEGISLATIVO – DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO

Recursos financeiros recebidos a título da transferência de duodécimos R\$

3.917.116,04

Gastos totais com a folha de pagamento, inclusive os subsídios dos vereadores e despesas previdenciárias R\$ 2.606.019,30

Percentual..... 66,53%

1.3.6 – DESPESAS COM PESSOAL – ABRANGÊNCIA

A Câmara Municipal não possui contrato de mão de obra terceirizada. Portanto toda a despesas com pessoal, está incluída nos gastos com pessoal.

1.3.7 – DESPESA COM PESSOAL – LIMITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) estabelece no Art. 19, que a despesa total com pessoal não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, nos municípios, 60,00%, sendo 6,00% para o legislativo de 54,00% para o executivo.



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá
Estado do Espírito Santo

Temos então:

Receita Corrente Líquida Total	R\$ 86.021.906,33
Gastos com pessoal da Câmara	R\$ 2.606.019,30
Percentual – Limite 6,00%	3,029%

Verifica-se pois, que os gastos totais com pessoal da Câmara Municipal, estão dentro do limite, com ampla margem, atendendo aos Art. 19 e 20 da LRF.

1.3.8 – DESPESAS COM PESSOAL – DESCUMPRIMENTO DE LIMITES, NULIDADE DO ATO (Art. 21, Inc. I e II da LRF

Não ocorreram gastos com pessoal, com excesso de limite, nem praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, com inobservância do Art. 21, Inc. I e II da LRF.

1.3.9 – DESPESAS COM PESSOAL – AUMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 DIAS DO FIM DO MANDATO.

Não ocorreram aumento de despesas com pessoal, nos últimos 06 (seis) meses do mandato do presidente da câmara, entre o período de 01/07/2014 a 31/12/2014, portanto, nenhuma violação ao Art. 21, § único da LC/101/2000.

1.3.10 – DESPESAS COM PESSOAL – LIMITE PRUDENCIAL – VEDAÇÕES

Os gastos com pessoal, que atingiram apenas 3,029% da Receita Corrente Líquida (limite de 6,00%), estiveram bem longe do limite prudencial de que trata o Art. 22, § Único, Inc. I a V da LC101/2000.

1.3.11 – OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO



O ex-presidente da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, deixou em caixa (bancos), recursos financeiros no importe de **R\$ 844.592,18**, suficientes para pagar todo o **PASSIVO FLUTUANTE**, no valor de **R\$ 749.520,03**, conforme demonstrativo do Anexo XVII, atendendo ao disposto no Art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

1.4 – DEMAIS ATOS DE GESTÃO

1.4.1 – PESSOAL – FUNÇÕES DE CONFIANÇA E CARGOS EM COMISSÃO

A Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá tem 06 (seis) servidores efetivos e 30 (trinta) servidores comissionados.

Nenhum servidor contratado temporariamente e nenhum estagiário.

Dos 06 (seis) servidores efetivos, 04 (quatro) ocupam cargos comissionados, nos mais importantes órgãos da administração: Diretor Geral, Secretário Administrativo, Secretário Contábil, Secretário Jurídico.

Cada um dos 13 (treze) vereadores tem um único assessor parlamentar e o presidente tem um assessor de gabinete da presidência.

1.4.2 – PESSOAL – FUNÇÕES DE CONFIANÇA E CARGOS EM COMISSÃO – LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A estrutura administrativa da Câmara Municipal está assentada na Lei Municipal nº 1632/2014 de 02/01/2014, que cria os órgãos e respectivos cargos de provimento comissionado (37 cargos), não estabelecendo nenhuma função gratificada.



A Lei Municipal nº 1632/2014, aprovou o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores efetivos da Câmara Municipal, estruturando o quadro de pessoal, com 25 cargos de provimento efetivo, 06 (seis) deles já providos por concurso público.

A Câmara Municipal já instaurou processo para a realização de novo concurso público que será realizado no exercício de 2015, para provimento de 11 (onze) dos 25 (vinte e cinco) cargos.

O Concurso Público certamente ensejará a extinção de 11 (onze) cargos de provimento comissionado.

1.4.3 – PESSOAL – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

A Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, não possui pessoal contratado temporariamente, nos termos do Art. 37, Inc. XI da Constituição Federal.

1.4.4 – PESSOAL – TETO REMUNERATÓRIO

Os vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal, não são expressivos e estão distantes dos tetos constitucionais e da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, cujo teto é o subsídio do Prefeito Municipal (Art. 83, Inc. XI da Lei Orgânica de Santa Maria de Jetibá).

O maior vencimento mensal da Câmara Municipal é aquele do Controlador Geral Interno, fixado em R\$ 7.095,27 no mês de Maio/2014.

1.4.5 – REALIZAÇÃO DE DESPESAS, SEM PREVISÃO EM LEI ESPECÍFICA



Incorreram pagamentos de subsídios, vencimentos, vantagens e jêtons, sem autorização legislativa.

1.4.6 – SEGREGAÇÕES DE FUNÇÕES

Nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações, foi observado o princípio da segregação de funções.

1.4.7 – DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Os processos de compras de produtos e contratações de serviços, com dispensa ou inexigibilidade de licitação, observaram rigorosamente as disposições dos Arts. 24, 25 e 26 da Lei 8666/93.

Todos os processos com dispensa ou inexigibilidade de licitação, foram instruídos com pelo menos, 03 (três) orgamentos, quando possível, recebendo pareceres da Secretaria Jurídica e da Controladoria Geral Interna, ao longo do exercício de 2014.

1.4.8 – DESPESA – REALIZAÇÃO DE DESPESAS IRREGULARES

Esta Controladoria Geral Interna não constatou qualquer despesa realizada irregularmente, pois manifesta-se em todos os processos.

2. AUDITORIAS REALIZADAS

A Controladoria Geral Interna não realizou auditorias específicas



Manifesta-se em todos os processos que envolvem despesas, com avaliações em tempo real, norteando o gestor público em suas ações.

Periodicamente revisa as fichas financeiras dos servidores e dos agentes políticos, com observância dos gastos com pessoal e os limites constitucionais, atuando, preventivamente, na orientação aos diversos órgãos envolvidos na execução orçamentária.

3. IRREGULARIDADES CONSTATADAS

Nos procedimentos do Controle Interno, não foram constatadas irregularidades dignas de registro.

4. PROPOSIÇÕES

Em decorrência da inexistência de irregularidades ou ilegalidades detectadas, fruto do acompanhamento dos processos em tempo real pela Controladoria Geral Interna, não há proposições a serem formalizadas.

5. PARECER CONCLUSIVO

Examinamos a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade do contador Sigmar Miertschink – CRC/ES nº 4972/0-7 na função de Secretário Contábil, relativa ao exercício de 2014, com o objetivo de:

I – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES;